



Política de Privacidade

1.1. Definições

- **Agentes de tratamento:** controlador e operador.
- **Anonimização:** Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
- **Autoridade Nacional:** Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.
- **Banco de Dados:** Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
- **Consentimento:** Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- **Controlador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- **Dado Anonimizado:** Dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- **Dado Pessoal:** Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- **Dado Pessoal Sensível:** Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- **Encarregado:** Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- **Operador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- **Órgão de Pesquisa:** Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob 37 as leis brasileiras,



com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.

- **Titular:** Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- **Transferência Internacional de Dados:** Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.
- **Tratamento:** Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- **Uso Compartilhado de Dados:** Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

1.2. Base legal para tratamento de dados pessoais

Os tratamentos de dados realizados pela PCDF utilizam como base os Arts. 7º, incisos II, III, IV, V e IX, e 11., inciso II, alíneas “a”, “b” e “c”, da LGPD e se limitam ao cumprimento de obrigações legais e regulatórias, execução de políticas públicas, execução de contratos e realização de estudos de pesquisa.

1.3. Encarregado

Para os serviços da PCDF, o profissional responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados é o encarregado.

E-mail: luiz.neto@pcdf.df.gov.br

1.4. Direitos do titular dos dados pessoais

Respeitadas, ainda, as demais normas relativas à proteção da privacidade, o cidadão, na qualidade de titular de dados pessoais, mediante solicitação prévia, tem direito a obter da PCDF:

- confirmação da existência de dados pessoais de sua titularidade por ela tratados;



- acesso aos dados pessoais sob tratamento;
- correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados; e
- anonimização ou cessação do tratamento de dados desnecessários, excessivos ou desconformes.

A proteção de dados pessoais tratados pela PCDF alcança todos aqueles que com ela se relacionem, independente do meio em que se encontram, se físico ou eletrônico, e da forma de sua obtenção, se em coleta presencial ou remota.

Lembre-se: os direitos aqui assegurados são os relativos ao tratamento dos dados pessoais que não sejam realizados com base nos arts. 7º, incisos II, III, IV, V e IX, e 11., inciso II, alíneas “a”, “b” e “c”, da LGPD, ou seja, para as atividades fim da PCDF a LGPD não se aplica, não havendo acionamento de direitos dos titulares de dados pessoais e/ou aplicação da LGPD neste contexto.

1.5. Quais dados são tratados

Quais dados pessoais são tratados pelos serviços digitais fornecidos pela PCDF?

Na utilização pelo usuário dos serviços digitais fornecidos pela PCDF, são coletadas informações para garantir as funcionalidades das aplicações, tais como:

- Nome completo
- Data de nascimento
- Sexo
- Número de inscrição no CPF
- Endereço de e-mail
- Número de telefone
- Localização do usuário
- Foto do usuário

Alguns recursos ou informações podem ser solicitados pelas aplicações e notificados por meio do sistema operacional do seu dispositivo móvel, quando necessários para utilização dos serviços pela primeira vez ou mesmo na instalação, por exemplo:

- Acesso à rede (internet móvel ou WiFi);



- Acesso à identificação do dispositivo;
- Acesso à câmera e fotos, mídia e arquivos de áudio e vídeo de seu aparelho.

1.6. Meios de coleta e finalidades para o tratamento

A Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, por meio do fornecimento dos seus serviços digitais, solicita à concordância dos usuários e coleta os seguintes dados pessoais para atingimento das finalidades:

- Nome Completo;
- Data de Nascimento;
- CPF;
- E-mail.

Para que fim utilizamos seus dados?

A Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, por meio das suas aplicações digitais, coleta os seus dados pessoais para fornecimento de serviços solicitados por você.

Qual o tratamento realizado com os dados pessoais?

O tratamento dos dados nos ajuda a melhorar a segurança e confiabilidade dos nossos serviços. Como por exemplo:

- Melhorar a sua experiência;
- Garantir a continuidade e segurança dos nossos serviços;
- Prevenir, detectar, impedir e resolver fraudes.

1.7. Compartilhamento de dados

O uso, acesso e compartilhamento da base de dados formada nos termos da presente Política de Privacidade poderão ser realizados dentro dos limites e propósitos das atividades legais da PCDF. As bases poderão ser fornecidas e disponibilizadas para acesso e/ou consulta de: Órgãos ou instituições da Administração Pública.



Os dados coletados nas aplicações digitais, podem ser utilizados para análises estatísticas e estudos, bem como para avaliar o desempenho dos serviços fornecidos. Com isso, buscamos manter e aprimorar as aplicações, com ênfase na melhoria contínua dos serviços fornecidos e prospecção de disponibilização de novos serviços que podem ser úteis para a população.

1.8. Transferência internacional de dados

A Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, para cumprir obrigações regulatórias, para exercer seus direitos e garantir a eficiência e qualidade de seus serviços, realiza transferência internacional de dados pessoais para entidades públicas e parceiros externos. Tal tratamento se dá verificando a segurança da informação do órgão de destino e o devido tratamento dos dados pessoais, além disso, observa-se o cumprimento das legislações vigentes.

1.9. Tratamento posterior para outras finalidades

A Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF poderá utilizar a coleta de dados pessoais (identificar os dados pessoais que serão tratados) a qualquer tempo para a melhoria contínua dos seus serviços e aprimoramento das experiências dos usuários. Todo e qualquer tratamento de dados pessoais posterior ao alcance de sua finalidade será comunicado ao titular de dados.

A transparência será proporcionada nos termos da Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2012 e pelos direitos concedidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei 13.709/2018.

1.10. Modificações e atualizações na política de privacidade

Versão: 1.0

Última atualização: 18/04/2024